

# Lírio Cipriani: “É preciso que os homens se engajem nessa luta”

No Fundo Fale Sem Medo, entendemos que só alcançaremos o fim da violência contra a mulher envolvendo toda a sociedade nessa transformação – homens, mulheres, crianças, todas e todos.

**[\(Fundo Fale Sem Medo, 25/09/2018 - acesse no site de origem\)](#)**

Um dos criadores do Fundo Fale Sem Medo foi inclusive um homem: Lírio Cipriani. Lírio começou a trabalhar na Avon em 1971 como selecionador de pessoal. Passou a supervisor de recrutamento e seleção, administrador de salário, supervisor da administração de salários. Foi promovido a gerente de vendas, depois a gerente de Benefícios. Foi gerente de promoção de vendas e depois, promovido a diretor de Recursos Humanos e diretor de Comunicação. Em 2003, assumiu o cargo de diretor executivo do Instituto Avon, e participou em 2012 da criação do Fundo Fale Sem Medo, parceria com o Fundo ELAS.

## **Leia mais:**

[Enlaçando homens pelo fim da violência contra a mulher \(Fundo Fale Sem Medo, 25/09/2018\)](#)

[“Como eu matei a minha filha”: confira entrevista \(Fundo Fale Sem Medo, 25/09/2018\)](#)

[Homens Possíveis \(Fundo Fale Sem Medo, 25/09/2018\)](#)

Conversamos com Lírio Cipriani sobre sua trajetória e a importância do engajamento dos homens na luta pelo fim da violência contra as mulheres: “Enquanto os homens continuarem assistindo de braços cruzados e esperando que apenas as mulheres lutem por seus direitos, pouco avanço acontecerá”, diz o líder.. Confira:

**Você tem uma longa trajetória na Avon - iniciou em 1970, passou por diversos cargos e esteve na formação do Instituto Avon, onde atuou como Diretor Executivo guiando o Instituto em sua missão de promover o empoderamento da mulher, apoiando causas que mobilizam a sociedade. Foram mais de 40 anos em uma empresa voltada para as mulheres. De que forma isso transformou a sua visão de mundo no que diz respeito a gênero e direitos das mulheres?**

O caminho percorrido nos últimos anos foi de progresso. Ingressei na Avon em 1971 e, convenhamos, era um tempo em que as piadas e brincadeiras que desqualificavam as mulheres corriam às soltas pelos corredores. E nas rodinhas dos homens, é claro. As atitudes e comportamentos dos superiores homens demonstrava claramente o machismo instalado e naturalizado. Aquilo me incomodava muito. Com a criação do Instituto Avon, em 2003, e com a implantação das iniciativas de enfrentamento da violência contra as mulheres, em 2008, conseguimos dar passos importantes. Com o apoio da direção da empresa, fomos trilhando outros caminhos, graças ao DNA da Avon, que sempre permitiu e incentivou mudanças significativas em direção ao empoderamento das mulheres e igualdade de gênero. Fator importante na consolidação de estratégias de enfrentamento da violência foram as parcerias com organizações da sociedade civil que já estavam engajadas no tema e que, com o apoio do Instituto Avon, puderam ampliar ainda mais suas atividades.

**A Avon é pioneira no investimento em ações que buscam o fim da violência contra a**

**mulher, e o Fundo Fale Sem Medo é parte fundamental dessa história. Por que você escolheu esse caminho, e como foi fazê-lo em um momento em que as empresas não queriam estar ligadas ao tema?**

O Fundo Fale sem Medo foi um passo decisivo rumo à consolidação de nossa estratégia: falar sem medo, procurar ajuda, “botar a boca no trombone”, meter a colher em briga de mulher. Em muitas entrevistas jornalistas me perguntaram: “como é estar numa empresa que incentiva a beleza, o bem-estar e, ao mesmo tempo, lida com causas tão difíceis como câncer de mama e violência contra a mulher?” Minha resposta sempre foi: “É isso que nos diferencia. Temos a coragem de enfrentar temas difíceis, mas vitais para a mulher, para quem nossos produtos são comercializados”. O Fundo Fale sem Medo beneficiou milhares de mulheres no Brasil e, com certeza, ajudou muitas a quebrarem o ciclo da violência em que viviam.

**Como você vê, hoje, a importância do engajamento dos homens na luta pelo fim da violência contra as mulheres?**

Ainda temos um longo caminho a percorrer. Uma pesquisa do Instituto Avon em parceria com o Instituto Locomotiva, em 2016, apontava que “48% dos homens ainda não admitem que o homem cuide da casa e a mulher trabalhe fora”, que “35% dos homens ainda vêem o trabalho doméstico como responsabilidade da mulher”. Os principais agentes no enfrentamento da violência contra a mulher devem ser os homens. Enquanto os homens continuarem assistindo de braços cruzados e esperando que apenas as mulheres lutem por seus direitos, pouco avanço acontecerá. É preciso que os homens se engajem nessa luta. É preciso que eles também se sintam responsáveis por acabar com a violência contra elas, em todos os sentidos. Só desconstruiremos essa cultura machista se estivermos conscientes e colocarmos em prática a necessidade de acabar com o machismo que alimenta a desigualdade e perpetua a violência contra a mulher. O papel dos homens na desconstrução do machismo é fundamental.

---

## **[Dossiê Violência contra as Mulheres é apresentado a profissionais de imprensa e mídias sociais](#)**

*[Confira aqui o Dossiê Violência contra as mulheres](#)*

(Géssica Brandino e Tainah Fernandes/Agência Patrícia Galvão, 03/08/2015) Repórteres, colunistas e blogueiras participaram de dois painéis com especialistas no enfrentamento à violência contra mulheres promovidos pelo Instituto Patrícia Galvão em São Paulo, nos dias 27 e 28 de julho. O objetivo desses encontros foi debater o tema e apresentar o *Dossiê Violência contra as Mulheres*, ferramenta online que estará disponível para acesso no site da Agência Patrícia Galvão a partir de 5 de agosto.



Painel reuniu jornalistas, profissionais de mídia e especialistas para apresentação da ferramenta online criada pelo Instituto Patrícia Galvão (Foto: Gêssica Brandino)

***Leia também:*** [Lançamento de Dossiê Digital sobre violência contra as mulheres repercute na imprensa](#)

### **Por que um Dossiê sobre violência contra as mulheres?**

A diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão, Jacira Melo, destaca que o Dossiê foi construído para ser uma ferramenta que permita fácil acesso a fontes, pesquisas e análises, e dessa maneira colaborar para uma cobertura mais ampla e contextualizada sobre o tema. “O Instituto Patrícia Galvão tem como missão contribuir para qualificar a cobertura jornalística sobre questões dos direitos das mulheres. Buscamos influenciar a agenda pública e pautar a imprensa, para que ela cobre as responsabilidades do Estado e também mudanças na sociedade”, explica Jacira.



Jacira Melo fala do trabalho do Instituto  
Patrícia Galvão junto à imprensa (Foto:  
Tainah Fernandes)

Por meio do trabalho de monitoramento da cobertura jornalística que a organização vem fazendo há vários anos percebeu-se que, apesar da presença crescente da pauta no noticiário, a cobertura é repleta de estereótipos e se concentra em casos individualizados, por vezes revitimizando a mulher, ao sugerir que ela possa ter culpa pela violência que sofreu. “Percebemos que existem vários gargalos, alguns não conseguiremos resolver no curto prazo, mas existem também várias brechas em que é possível trabalhar o tema, e é aí que entra o Dossiê”, destaca a diretora de comunicação do Instituto Patrícia Galvão, Marisa Sanematsu.



Diretor executivo do Instituto Avon e  
coordenadora geral do Fundo Elas,  
apoiadores do projeto do Dossiê (Foto:  
Géssica Brandino)

O projeto do Dossiê foi uma das 31 iniciativas apoiadas pelo Fundo Fale sem Medo, administrado pelo [Fundo Elas](#) com apoio do [Instituto Avon](#). “É a primeira vez no mundo que um fundo de mulheres faz uma parceria como esta, com o intuito de apoiar ações que buscam a autonomia e o fortalecimento das mulheres no Brasil”, frisou a coordenadora geral do Fundo Elas, Amália Fisher. O diretor do Instituto Avon, Lírio Cipriani, lembrou que a organização surgiu com o intuito de promover a saúde e o bem-estar das mulheres por meio da mobilização da sociedade, o que tem sido possível com parcerias como essa.

### **Dados, fatos e fontes**

Para o Dossiê, foram feitas sistematizações de dados, fontes especializadas e pesquisas de órgãos governamentais e institutos privados, elencando os aspectos mais relevantes e as questões sobre as quais é preciso ter cuidado na hora da elaboração das matérias. Neste primeiro momento, o Dossiê conta com seções sobre as violências doméstica, sexual e na internet, o feminicídio e as intersecções da violência de gênero com o racismo e a homofobia. A proposta é que a ferramenta seja constantemente atualizada e gradualmente ampliada, para

dar conta não só da divulgação de novos dados e da diversidade de fontes especializadas, mas também das várias formas assumidas pela violência de gênero.



Marisa Sanematsu explica que o intuito do Dossiê é contribuir para o aprofundamento das pautas sobre violência contra as mulheres (Foto: Gêssica Brandino)

“Todas as pesquisas apontam que a violência contra as mulheres é uma questão que preocupa a sociedade. O Dossiê é uma ferramenta que está se propondo a contribuir para o trabalho dos profissionais da imprensa, tendo em vista a lógica das redações, onde a internet é fundamental”, ressalta Marisa Sanematsu.

A jornalista Débora Prado, que coordenou a elaboração da ferramenta, frisou que o Dossiê foi pensado para o profissional que está na linha de frente da cobertura e precisa ter acesso rápido às informações. “Estamos falando com pessoas que não têm tempo, conciliam várias tarefas, que falam com um público amplo e precisam de dados e especialistas.”

Leia a seguir uma seleção de trechos dos debates durante os painéis e saiba mais sobre as seções do *Dossiê Violência contra as Mulheres*:

### **Cultura da violência**

Além da discussão sobre os diferentes tipos de violências que atingem as mulheres no cotidiano, o Dossiê também reflete sobre os fatores culturais que estruturam essas violências. A jornalista Máira Kubik, do blog Território de Máira da *CartaCapital* e professora de teorias feministas na Universidade Federal da Bahia, destaca que a violência é “a ruptura de qualquer forma de dignidade, seja ela física, moral, psíquica ou sexual, e é também uma relação de poder exercida por uma pessoa sobre as outras”.





A professora e jornalista Maíra Kubik, do blog Território de Maíra da CartaCapital, explica a cultura da violência contra as mulheres (Foto: Gêssica Brandino)

Maíra lembra que essa violência é sustentada por meio de construções sócio-históricas e ideologias, como o machismo e o racismo, que colocam as mulheres como seres naturalmente inferiores e que se manifestam em práticas cotidianas, como a divisão sexual do trabalho. “Não é a toa que a maioria das formas de violência manifesta-se no contexto doméstico, pois a violência ou a ameaça são formas de impedir a ruptura de uma relação de poder. É uma forma de exprimir e reproduzir a violência contra as mulheres.”

Esse contexto, entretanto, é pouco explorado nas coberturas jornalísticas. “Uma mulher que sofre violência doméstica, um casal de lésbicas expulso de um bar ou uma trans que foi estuprada fazem parte de um amálgama de relações de gênero, calcadas na cultura e justificadas pela biologia. É fundamental na cobertura não perder esse contexto”, recomenda.



Professora da USP, Heloísa Buarque de Almeida, lembra os desafios na cobertura da pauta (Foto: Tainah Fernandes)

A professora de Antropologia da Universidade de São Paulo, Heloísa Buarque de Almeida, explica que o grande desafio para a imprensa é desindividualizar os casos de violência contra as mulheres e mostrar que esse é um problema social mais amplo, o que tem sido percebido pela sociedade.

“Estamos vivendo num momento de crescimento de movimentos feministas e das discussões sobre a pauta. O desafio é entendermos que momento social é esse em que certas categorias que antes eram tão naturalizadas começam a ser tratadas como formas de violência pela sociedade em geral. A cantada de rua hoje é reconhecida como assédio sexual. Antes se dizia “ele forçou a barra e eu topei” e hoje se diz “foi estupro””.

## **Violência doméstica**



Coordenadora da CEPIA explica a dificuldade das mulheres em romper ciclo da violência  
(Foto: Gêssica Brandino)

Uma pergunta recorrente nas pautas sobre o tema é: por que as mulheres permanecem por tanto tempo em relações violentas? A socióloga e cientista política Jacqueline Pitanguy, coordenadora da ONG CEPIA - Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação, esclarece que não é possível trabalhar com a questão e desconsiderar a ambiguidade dos sentimentos humanos e desse tipo de relacionamento. “Frequentemente, a relação se dá entre tapas e beijos. Se não compreendermos isso fica muito fácil julgar a mulher. A ambiguidade dos sentimentos é uma questão para a qual a imprensa deve estar atenta, para não julgar com tanta perversidade as mulheres que demoram a romper o relacionamento.”

Nesse cenário, a violência se repete de forma cotidiana, com a frequente destruição do ambiente doméstico e daquilo que ele representa, afetando também os filhos do casal. Jacqueline também lembrou os avanços no enfrentamento do problema, que permitem que hoje a mulher esteja mais amparada para romper o ciclo da violência do que antes.



Para o filósofo Sérgio Barbosa o perfil dos homens que cometem violência mudou após a Lei Maria da Penha (Foto: Gessica Brandino)

O filósofo Sérgio Barbosa, coordenador do programa de responsabilização de homens autores de violência contra a mulher do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, conta que antes da Lei Maria da Penha muitos homens agrediam suas mulheres de forma reiterada e não viam isso como crime, o que mudou após a lei. “O homem não é agressor 24 horas, mas autor de uma agressão e deve ser responsabilizado por isso. É preciso identificar o ato e a motivação para fazer o enfrentamento. Entendemos que a responsabilização envolve a participação da sociedade civil, do poder público e das instituições.”



Coordenadora geral da COPEVID fala da culpabilização das mulheres que sofrem violência (Foto: Tainah Fernandes)

Sobre a cobertura jornalística do tema, a promotora de Justiça Valéria Scarance, coordenadora geral da Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Copevid) do Ministério Público do Estado de São Paulo, apontou que o retrato da mulher em situação de violência que a imprensa mostra é de uma pessoa louca, descontrolada, ou ainda a que provoca a agressão, e o homem é tratado como o apaixonado que cometeu um crime passional por amar demais e que perdeu o controle. “Existe ainda uma crença de que o que gera a violência é a bebida, o time que perdeu o jogo de futebol, o desemprego ou a frustração. Campanhas e discursos como esses na mídia levam ao desconhecimento da violência doméstica pela população. Culpar o álcool pela agressão significa inocentar o homem e perpetuar a violência”, alerta a promotora.

## **Feminicídio**

A secretária adjunta de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), Aline Yamamoto, explicou o conceito e a história do termo feminicídio, criado em 1970 para definir o assassinato de mulheres por questões de gênero e que repercutiu na América Latina a partir do caso de [Ciudad Juarez, no México](#). “O objetivo desde o princípio sempre foi dar visibilidade a uma forma específica de violência contra as mulheres que está atrelada a uma questão de gênero”,



afirma.



Aline Yamamoto explica conceito de feminicídio (Foto: Gêssica Brandino)

Aline lembrou que atualmente [16 países da América Latina e Caribe](#) criminalizam o feminicídio, incluso o Brasil. “Esse ambiente de tipificação vem acompanhado de um cenário letal gravíssimo, uma vez que os países com índices mais altos de feminicídio estão na América Latina”, ressalta.

A socióloga, bacharel em Direito e consultora jurídica do [Portal Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha](#), Fernanda Matsuda, destacou que há poucas estatísticas oficiais confiáveis e que é difícil saber o perfil das mulheres vítimas de feminicídio, um crime com peculiaridades e que atinge um grande número de mulheres dentro de suas próprias casas. “Há uma especificidade na execução do crime. As mulheres morrem menos por armas de fogo, mas por outros mecanismos que possibilitam maior proximidade do autor da violência contra a mulher, e geralmente o homicídio é acompanhado de outro tipo de violência, como a sexual, tortura ou desfiguração.”



Fernanda Matsuda explica particularidades do assassinato de mulheres por questões de gênero (Foto: Tainah Fernandes)

Fernanda reflete que, apesar de a imprensa se apropriar dos autos processuais dos crimes e

fazer uso intensivo do material jurídico, frequentemente há o discurso que coloca a mulher como responsável pela própria violência. “Ao reforçar estereótipos sociais a cobertura contribui para a culpabilização das vítimas e a revitimização”, destaca Fernanda, que lembrou também do direito à memória, pois “é preciso pensar que o discurso que se faz sobre as mulheres tem impacto nas famílias e nas sobreviventes”.

## **Violência sexual**

Entender o conceito do consentimento é outro ponto apontado como fundamental para que a cobertura sobre a violência sexual não revitimiza a mulher. A promotora Silvia Chakian, coordenadora do Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica (Gevid) do Ministério Público do Estado de São Paulo, explica que a relação consensual ocorre com o consentimento das duas pessoas, ambas com capacidade para responder pelo ato, sem interferência de álcool ou substâncias que lhes tirem a consciência, e sem estarem sob pressão ou violência.



Promotora Silvia Chakian explica noção de consentimento (Foto: Tainah Fernandes)

Entretanto, a compreensão da noção de consentimento ainda é pouco difundida e frequentemente o estupro é justificado pelo comportamento da mulher. “Em uma sociedade que comemora os nove anos da Lei Maria da Penha e as inegáveis conquistas na luta pelos direitos das mulheres não pode mais haver espaço para que, na avaliação desse consentimento ou não, aspectos relacionados ao comportamento social ou sexual da mulher deem margem a discursos de que algumas podem ser consideradas verdadeiramente vítimas em detrimento de outras, como se o comportamento ou vestimentas dessas mulheres dissessem que elas não têm direito ao próprio corpo”, destacou a promotora.

Silvia também reforça que, nos casos em que o ato sexual é praticado com menor de 14 anos, ou pessoa com deficiência, é configurado o estupro de vulnerável. “Nesses casos, há violência presumida e não se fala em consentimento”, explica.



“Palavra da mulher é absoluta”, defende o juiz de Direito José Henrique Rodrigues Torres (Foto: Géssica Brandino)

O problema da revitimização da mulher que sofre estupro também se faz presente no acesso a serviços de aborto legal existentes no país. O juiz de Direito José Henrique Rodrigues Torres, titular da 1ª Vara do Júri de Campinas e membro do Grupo de Estudos sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos da Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo), lembra que hoje existem em todo o país apenas trinta serviços que realmente fazem atendimento a mulheres que engravidaram após um estupro. O juiz ressalta que interromper essa gestação é um direito da mulher, sem que haja necessidade de apresentar laudo do IML ou Boletim de Ocorrência do crime. “A palavra da mulher é absoluta, tem que ser acolhida e isso está claro nas normativas do Ministério da Saúde. Se eventualmente a mulher estiver mentindo, ela responderá por isso. Esse sistema tem funcionado e levado à constatação de que a mulher não é mentirosa”, aponta o juiz.

### **Violência contra mulheres na internet**



Promotor Thiago Pierobom explica processo de investigação sobre “pornografia de vingança” (Foto: Géssica Brandino)

Outra forma recente de manifestação é a divulgação de fotos íntimas sem consentimento na internet e redes sociais, prática chamada de “pornografia de vingança”. O promotor de Justiça e coordenador do Núcleo de Gênero Pró-Mulher do Ministério Público do Distrito Federal e

Territórios (MPDFT), Thiago Pierobom, explica que hoje existem formas de investigar o crime e chegar à responsabilização do autor do delito, porém a dificuldade é tirar o vídeo da rede, uma vez que o conteúdo prolifera e chega a ser compartilhado em países diferentes, o que também está relacionado à cultura de violência existente na sociedade. “A questão da vingança está atrelada à cultura, pois ela só existe porque a sociedade culpa a mulher pelo fato de ter se deixado filmar naquela situação e questiona a moralidade dela a partir desses fatos. Existem consequências muito sérias, de meninas que chegaram ao suicídio”, alerta.

A promotora Valéria Scarance ressaltou que a internet tem sido um dos instrumentos mais eficazes para se destruir a autoestima e a imagem de uma mulher e que a divulgação de fotos íntimas equivale a uma morte civil, que marca a vida das mulheres em família, na sociedade, no emprego, mesmo passados muitos anos da divulgação. “O uso da internet enquanto instrumento para a prática de crime configura violência moral ou violência psicológica, com previsão na Lei Maria da Penha. O questionamento que deve ser colocado não é por que a vítima tirou a foto ou em que circunstâncias, mas por que essa foto foi divulgada sem autorização?”, frisa.

A dificuldade atual é a inexistência de uma lei que puna maiores de 18 anos por essa prática. “O que temos hoje é o [Projeto de Lei nº 6.630 de 2013](#), de autoria do deputado Romário). De acordo com o projeto, quem divulgar fotos íntimas sem consentimento terá pena de até três anos de prisão e deverá indenizar a vítima por seus gastos com mudança de casa, de escola, tratamentos médicos, psicológicos e perda de emprego”, explica a promotora.

### **Violência contra mulheres negras**



A advogada Luanna Natielly fala sobre impacto do racismo nas relações afetivas  
(Foto: Géssica Brandino)

A intersecção entre a violência contra mulheres e o racismo também está presente no *Dossiê Violência contra as Mulheres*. A advogada Luanna Natielly, da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), ressaltou que, “quando discutimos violência contra as mulheres negras, especificamente a doméstica, a questão racial é deslocada. Se um homem branco casa com uma mulher negra considera-se que não existirá racismo dentro da relação, mas ele prevalece. A relação de gênero, raça e classe social está presente. Se um homem branco casa com uma mulher negra da periferia, a relação hierárquica está posta na relação”.

O promotor Thiago Pierobom, que também atua em casos de racismo no Distrito Federal, lembra que, para as negras, todas as discriminações são cumulativas. “Apesar da violência atingir todas as mulheres, sem distinção, estatisticamente falando essa violência atinge muito mais as mulheres negras e pobres do que as brancas e de classes mais altas, porque elas estão marcadas por fatores de discriminação”, destaca.



Djamila Ribeiro fala da dificuldade da sociedade em debate o racismo (Foto: Tainah Fernandes)

Djamila Ribeiro, jornalista e colunista da *CartaCapital*, ressalta que são as mulheres negras as mais afetadas quando se fala em aborto, mortalidade materna ou violência doméstica. “A hipersexualização do corpo da mulher negra vem desde o período colonial, das violências que as mulheres negras sofremos, de como somos representadas de maneira geral, sempre reforçando estereótipos.”

Djamila afirma que, pelos comentários que recebe em seus textos, percebe o quanto as pessoas ainda têm dificuldade de aceitar o debate sobre o racismo. “O racismo cria uma hierarquia de gênero e quando não falamos da mulher negra estamos escolhendo quais vidas devemos salvar e quais vidas são importantes”, problematiza a jornalista.

### **Violência contra mulheres lésbicas, bissexuais e trans**

A mesma exclusão também afeta as mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais. A presidente da União de Mulheres de São Paulo, Rute Alonso, reforça que existe uma aceitação desse tipo de violência, calcada em estereótipos e preconceitos que dizem que as mulheres lésbicas, bissexuais e trans não são seres humanos e, logo, seriam merecedoras da violência que sofrem.





Rute Alonso fala da discriminação sofrida por mulheres lésbicas, bi e trans (Foto: Géssica Brandino)

“Parece que a nossa sociedade tem um pacto tácito em que há uma permissividade da violência contra essas pessoas. A figura da travesti é ligada ao marginal e a tudo o que é ruim na sociedade. O estupro corretivo que as mulheres lésbicas sofrem é colocado como algo natural para colocá-las em seu devido lugar”, exemplifica.

A lógica da violência é corroborada por manchetes e matérias que desumanizam essas pessoas e não as reconhecem como pertencentes ao gênero que escolheram. Rute também lembra que o fato de que essas mulheres estão ganhando voz e direitos incomoda a sociedade. “A partir do momento em que temos políticas que promovem os direitos da população LGBT, as pessoas se sentem incomodadas, por verem a violação desses direitos como algo naturalizado. Não foi o mundo que mudou, é que agora temos uma proteção, direito a respeito, de ser tratada pelo nome social, de ter o tratamento de gênero respeitado.”

### **Direitos, responsabilidades e serviços**



Analista da ONU Mulheres fala da necessidade de divulgação da rede de serviços (Foto: Géssica Brandino)

Para que as mulheres possam superar essas e outras violências presentes no cotidiano, o

Dossiê também indica os caminhos para acessar a rede de atendimento e enfrentamento à violência. Marisa Sanematsu, diretora de comunicação do Instituto Patrícia Galvão, ressalta que as matérias jornalísticas que falam sobre o assunto raramente trazem tais informações, essenciais para que as mulheres rompam o ciclo de violência.

Luana Grillo da Silva, analista de programa da ONU Mulheres, reforça que o tema da violência está relacionado diretamente com a atuação da rede e que a mídia pode ter papel fundamental na divulgação e fiscalização dos serviços existentes.

### **Público-alvo aprova a proposta do Dossiê**

Em seus comentários sobre o Dossiê, as repórteres, blogueiras e colunistas presentes foram unânimes em elogiar a proposta da ferramenta, considerada uma importante contribuição para quem escreve sobre o assunto.



[O Dossiê](#) [A pauta da violência](#) [Sobre as violências contra as mulheres](#) [Fontes](#) [Pesquisas](#)



## **Dossiê Violência contra as Mulheres**

*Um dossiê digital que sistematiza dados e pesquisas, reúne informações e análises estratégicas e disponibiliza um banco de fontes e ferramentas de busca facilitada - tudo para apoiar a divulgação de informações e o debate sobre a violência contra as mulheres por meio da imprensa.*

*[Leia mais sobre o dossiê](#)*

A apresentação para a imprensa contou com a participação de jornalistas da *Bloomberg*, *El País*, *Época*, *Claudia*, *Ponte Jornalismo*, *CartaCapital*, *Radioagência Nacional*, *Agência Brasil*, *Radioagência EBC*, *Rádio Brasil Atual*, *Opera Mundi/Revista Samuel* e *Coletivo Flores de Dan*. No segundo dia participaram comunicadoras do Pretas Candangas e Latinidades, as blogueiras da *CartaCapital*, as Blogueiras Negras/BidêBrasil, CDN - Comunicação, Ciranda, Eder Contem Produção de Conteúdos e Papo das Minas.

---

## **[Fórum Fale sem Medo: violência contra as](#)**

# [mulheres aparece já nos primeiros relacionamentos e avança no mundo virtual](#)

*(Débora Prado, Agência Patrícia Galvão)* A segunda edição do Fórum Fale sem Medo trouxe um alerta para os atores envolvidos no enfrentamento à discriminação e violência contra as mulheres: a violência doméstica se perpetua entre gerações, aparece já nos primeiros relacionamentos entre jovens e se expande para o mundo virtual, colocando, muitas vezes, as novas tecnologias a serviço dessas violações.

A experiência de especialistas de diferentes áreas reunidos no evento – promovido pelo Instituto Avon no âmbito da campanha mundial “16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher” – reforçou o cenário captado na pesquisa lançada no Fórum: um levantamento encomendado pelo instituto ao Data Popular mostrou que um terço das mais de mil mulheres com idade entre 16 e 24 anos já foi xingada ou impedida de usar determinada roupa, 51% já sofreram ameaças, foram seguidas pelo ex, ou este ficou enviando mensagens ou ainda espalhando boatos sobre a mulher quando ela decidiu terminar o relacionamento. Uma em cada três jovens também já foi proibida de conversar virtualmente com amigos, sofreu invasão da conta de alguma das redes sociais utilizadas e até mesmo amizades virtuais foram excluídas pelo parceiro.

Os gestores, pesquisadores, promotores, jornalistas, ativistas e especialistas presentes destacaram, por sua vez, que é preciso debater com os jovens e adolescentes quais são os papéis sociais de gênero e como eles podem alimentar relações violentas, para desnaturalizar as várias formas de violência contra as mulheres que acontecem cotidianamente.

***Veja também:***

[Fórum Fale sem Medo: reconhecer tipos menos visibilizados de violência é passo essencial para prevenção](#)

A pesquisadora do Departamento de Antropologia da USP Beatriz Accioly explica que a violência de gênero está associada a expectativas criadas na sociedade a partir de construções do que representa o masculino e feminino, que, carregadas de desigualdades, podem estimular violações dos direitos e autonomia das mulheres. “O pornô de vingança, por exemplo, pressupõe que a exposição da sexualidade fere a mulher, renega sua sexualidade”, exemplifica.

A naturalização de supostos papéis de homens e mulheres faz com que boa parte das violências sejam reproduzidas sem que sejam percebidas como violências.

“Quando grupos discriminados, como as mulheres, os negros e as negras ocupam espaços que até tempos atrás não estavam destinados a eles ‘socialmente’, o rompimento dessa expectativa social gera muita violência, que chega também ao extremo do físico, mas que é muito mais cotidiana do que se pensa e, por isso, precisamos falar também da violência psicológica, do assédio cotidiano sofrido”, frisa a psicóloga Daniela Rozados, que integra o Grupo PoliGen de Estudos de Gênero da Politécnica/USP.

**Feminicídio**

Outras violências, infelizmente, são mais explícitas e chegam ao extremo de crimes contra a vida em relacionamentos entre jovens. De acordo com a promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) Silvia Chakian, na sua atuação diária com frequência aparecem casos em que meninas de 15,16 ou 17 anos são vítimas de feminicídio – o assassinato de mulheres pela condição de ser mulher, motivado muitas vezes ódio, o desprezo ou o sentimento de perda da propriedade sobre as mulheres em sociedades marcadas pela desigualdade de gênero.

“É muito triste, mas por vezes o namoro, a relação entre dois jovens, vai parar no Tribunal do Júri”, lamenta a promotora, que é também coordenadora do Gevid, o Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica do MPSP. “Muitas vezes, o que está em jogo ali é o direito ao não – o direito da mulher dizer não a um relacionamento, não a uma relação sexual naquele momento ou daquela forma”, explica.

Segundo a promotora, em muitos casos de agressões e ameaças contra mulheres menores de idade os autores dos crimes também são jovens e, com isso, o caso vai parar na Vara da Infância e Juventude e não nas varas especializadas na aplicação da Lei Maria da Penha – o que pode ser um problema para coibir a repetição da violência.

“Infelizmente, nas Varas da Infância ainda há uma resistência em aplicar a Lei Maria da Penha. Com isso, muitas vezes, é dada a remissão, que é uma espécie de ‘perdão’, e o adolescente vai embora sem passar por nenhum trabalho de reflexão sobre ciclo da violência e com a mensagem de que aquele crime não é tão grave quanto um assalto ou um latrocínio, por exemplo”, justifica.

Nesse cenário, o adolescente pode reproduzir o comportamento violento naquele ou em outros relacionamentos, alerta a operadora do direito.

### **Porno de vingança**

A promotora aponta ainda que, com o aumento do uso de novas tecnologias, espaços como as redes sociais e celulares também podem ser usados para controle do corpo e da sexualidade da mulher desde muito cedo.

“A prova de amor que os homens exigiam de mulheres antigamente, que era a virgindade, agora é a senha do Facebook ou gravar cenas de sexo que depois podem ser usadas para ameaçar aquela pessoa”, exemplifica.

Foi o que aconteceu com a jornalista Rose Leonel, que compartilhou sua história durante o Fórum: ao decidir romper um relacionamento de quatro anos, o ex-namorado de Rose não só divulgou fotos íntimas dela tiradas durante a relação, como também realizou montagens com seu rosto em cenas de sexo e publicou as imagens na internet como se fossem anúncios de prostituição, fornecendo o celular da própria Rose e do seu filho, então adolescente, como contato.

A ação do ex foi amparada pela reprovação social que as fotos causaram que, baseada justamente em estereótipos de gênero, culpabilizaram a própria vítima pela violência e perseguição sofrida.

A jornalista, assim, perdeu emprego, o convívio do filho, que optou por mudar de país, e enfrentou anos de dor e sofrimento. Seu ex, por outro lado, diante da lacuna existente na

legislação em relação a esses crimes, foi condenado por ter cometido um crime contra honra. Sua condenação teve impacto muito mais simbólico do que prático, uma vez que a pena determinada pelo Sistema de Justiça foi de uma indenização de 30 mil reais, aponta Rose.

Atualmente, a jornalista, que fundou a ONG Marias da Internet, atua dando apoio terapêutico e orientações jurídicas para vítimas de crimes como o que sofreu.

### **Lacuna legislativa e culpabilização da vítima**

Em casos de pornô vingança como a sofrida por Rose Leonel, o promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais Mario Higuchi considera que o mais adequado seria processar o autor do crime por lesão corporal, e não por crime contra a honra.

“A saúde psicológica da vítima fica completamente comprometida e é fácil comprovar isso com um laudo. A [Lei Maria da Penha](#) também é perfeitamente aplicável, mas, a maioria dos tribunais ainda caracteriza como crime contra a honra, em que a pena pode ser de multa”, indica o promotor que é titular da Coordenadoria Estadual de Combate aos Crimes Cibernéticos do MPMG.

Em sentido semelhante, a professora da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas Marta Rodriguez de Assis Machado destaca que nos casos de crime contra a honra não há a perspectiva de gênero, a ação penal é privada, ou seja, deve ser custeada pela vítima, uma vez que nem sempre a Defensoria Pública está estruturada e sensibilizada para atuar na garantia de direitos da vítima e não do réu.

O aumento numérico de casos denunciados e a gravidade a que podem chegar têm demandado respostas dos sistemas de Segurança e Justiça: em novembro de 2013 [duas adolescentes, uma de Veranópolis \(RS\) e outra de Parnaíba \(PI\), cometeram suicídio](#) após descobrirem que fotos e vídeos seus foram compartilhados.

Nesse contexto, os operadores do direito avaliam que o caminho mais seguro para o processamento desses crimes seria criação de um tipo penal específico para essa conduta.

Além da tipificação, segundo a professora Marta Rodriguez, é preciso também debater as representações de gênero nos tribunais brasileiros.

“Eu quero citar [um caso do TJMG](#), em que o desembargador Francisco Batista de Abreu, da 16ª Câmara Cível, reduziu a punição de um homem condenado por divulgar fotos da ex de R\$ 100 mil para R\$ 5 mil, alegando que ‘quem ousa posar daquela forma e naquelas circunstâncias tem um conceito moral diferenciado’. Infelizmente, coisas desse tipo ainda acontecem no Brasil, então não basta ter o tipo penal, os papéis de gênero precisam ser debatidos, porque muitas vezes ainda é a conduta das mulheres que foram vítimas de violência que vai para o banco dos réus”, frisa a professora, que é também pesquisadora do Núcleo Direito e Democracia do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap).

Outro ponto essencial nesse enfrentamento é debater esses papéis também com os jovens por meio de ações e políticas públicas que envolvam a educação e a mídia, para disseminar valores de igualdade e respeito e mostrar que é papel de toda a sociedade enfrentar as discriminações, evitando que a vítima seja alvo de nova violência ao ser culpada pelo crime que sofreu.

A jornalista Bárbara Lopes, que integra a área de juventude da ONG Ação Educativa, que



oferece apoio e capacitação a jovens e educadores, conta que no trabalho com adolescentes é muito comum ouvir, quando há casos de divulgação de vídeos sem autorização das mulheres, frases como “as meninas estão confiando demais nos moleques” ou “são muito burras”, o que não só reforça estereótipo de gênero, mas também a idéia de que essas violências são apenas questões individuais, e não um problema social. “A mensagem por trás desses comentários é que a menina que tem que se cuidar, quando enfrentar esse tipo de violência é uma responsabilidade é coletiva”, ressalta.

***Confira alguns dados da pesquisa (ou [clique aqui para acessar o documento na íntegra](#))***

[easyrotator]erc\_87\_1418047563[/easyrotator]

---

## **Fórum Fale sem Medo: reconhecer tipos menos visibilizados de violência é passo essencial para prevenção**

### ***Especialistas debatem caminhos para reverter a naturalização da violência contra mulheres que prevalece entre os jovens***

(*Agência Patrícia Galvão, 08/12/2014*) Os jovens aprovam a Lei Maria da Penha e percebem a existência do machismo no país. É o que mostra a [pesquisa encomendada pelo Instituto Avon ao Data Popular](#) para abrir os debates do Fórum Fale Sem Medo, que aconteceu no último dia 3, em São Paulo. Contudo, boa parte desses mesmos jovens reproduzem comportamentos que subjugam a autonomia e os direitos das mulheres e que estão na raiz de diferentes formas de violência física, moral e psicológica contra mulheres de todas as idades.

Promovida pelo Instituto Avon no âmbito da campanha mundial “16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher”, a segunda edição do Fórum reuniu neste ano gestores, pesquisadores, promotores, jornalistas, ativistas e especialistas para debater formas de impedir a reprodução da violência baseada em gênero entre as gerações.

“De alguma forma, já percebemos entre os jovens indícios de que não há mais a mesma tolerância de antigamente em relação à violência a que eles assistem em suas casas. No entanto, ainda que inconscientemente, estes mesmos jovens estão reproduzindo o cenário de controle e desrespeito nas relações afetivas que, mais dia ou menos dia, redundam em violência”, aponta a presidente do Conselho Executivo do Instituto Avon Alessandra Ginante.

### **Educar contra a discriminação**

Diante dos achados da pesquisa, os presentes foram unânimes em destacar que é preciso

debater com as novas gerações quais são os papéis sociais de gênero e como eles podem alimentar relações violentas, para com isso desnaturalizar as várias formas de violência contra as mulheres que acontecem cotidianamente.

“A pesquisa deixa muito claro que os jovens têm dificuldade em entender o que é violência. Essa falta de percepção permite a perpetuação dos atos de agressão e da desigualdade de gênero. A pesquisa mostra como tudo isso é naturalizado na sociedade”, explica Jacira Melo, diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão, organização que foi consultora da pesquisa e dos conteúdos do Fórum.

O levantamento apontou, por exemplo, que a maioria dos mais de dois mil jovens entrevistados, com idades entre 16 e 24 anos, já nos primeiros relacionamentos convive com situações como: o impedimento de que a mulher use determinada roupa, que ela saia sozinha com amigos, a invasão de suas contas nas redes sociais pelo parceiro e a não aceitação quando a mulher decide romper o relacionamento.

***Confira alguns dados da pesquisa (ou [clique aqui para acessar o documento na íntegra](#))***

[easyrotator]erc\_87\_1418047563[/easyrotator]

## **Os jovens mudaram ou hoje as formas de violência são outras?**

A socióloga Vera Aldrighi, especialista em pesquisas de opinião e comportamento, avalia que a natureza da violência hoje é completamente diferente, houve uma mudança de percepção. Isso não significa que a violência em si tenha aumentado, mas que aumentaram a repressão e a exposição. “É isso que nos faz ter a impressão de que aumentou a violência em si”, aponta.

Em sentido semelhante, a pesquisadora Heloísa Buarque de Almeida avalia que este é um momento de transformação social muito grande, em que a violência contra as mulheres tende a aparecer mais, justamente porque as pessoas começam a perceber como violência várias situações que antes não viam.

Professora do Departamento de Antropologia da FFLCH/USP, Heloísa atualmente coordena uma pesquisa sobre estupro no campus da USP e avalia que as discriminações que existem nas universidades públicas e privadas expõem como a violência contra as mulheres, o racismo, a homofobia e a transfobia independem de classe social ou formação educacional. “Fica patente como é necessário criar uma espécie de pauta dos direitos humanos na educação. E é preciso ensinar para os rapazes a cultura do consentimento. O cara tem que entender que se a mulher não pode consentir - seja porque está bêbada, desacordada, o que for - ele não pode abusar dela. Sexo sem consentimento é estupro”, frisa.

## **Mídia e educação devem ser prioridades**

Para mudar este cenário, os especialistas presentes recomendam como fundamentais ações e políticas públicas que envolvam a educação e a mídia, para disseminar valores de igualdade e respeito e mostrar que é papel de toda a sociedade enfrentar as discriminações e reverter a banalização de todas as formas de violência.

Nesse sentido, a secretária de Políticas para as Mulheres de Santo André (SP), Silmara Conchão, relatou no evento a experiência do município em promover a formação sobre as relações de gênero de 80 professores e diretores da rede municipal usando os materiais da Campanha '[Quem Ama Abraça – Fazendo Escola](#)'. “Se ainda não há uma lei federal inserindo o estudo das relações de gênero nos currículos escolares, os municípios podem se mobilizar e fazer isto localmente, não temos que ficar esperando”, instigou a secretária, que é também professora.

Convidada a participar do painel de debate sobre a pesquisa, a cantora e compositora paulistana Negra Li, que participou de um dos vídeos de divulgação da Campanha, considera que os artistas também devem se engajar nesta causa, ajudando a conscientizar as pessoas sobre o problema da violência contra as mulheres. “Assim como o racismo, ainda existe um machismo camuflado muito forte”, afirmou a cantora, que cantou um trecho da música tema da Campanha, que foi tocada em seguida no vídeo exibido aos participantes (*confira abaixo*).

Segundo a artista plástica Ana Paula Alves, professora de artes, grafiteira e integrante da Rede Nami, o ativismo pelo fim da violência e a arte foram fundamentais para seu fortalecimento, depois de viver uma situação de violência. Por conta de uma gravidez indesejada, a artista foi forçada pela família a casar muito jovem e já aos 20 anos foi vítima de violência pelo marido. “A violência é como uma cicatriz, a ferida estanca, mas a marca está sempre ali”, afirma.

Atualmente, Ana Paula atua visitando escolas para discutir o problema com adolescentes e ajudá-las a identificar uma situação de violência. Também leva informações sobre caminhos de denúncia e apoio, como pela [Central de Atendimento a Mulher - Ligue 180](#), que ela divulga nos lugares que visita.

### **Políticas públicas e responsabilidade empresarial**

Na avaliação da secretária de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM-PR), Aparecida Gonçalves, a pesquisa sobre a percepção dos jovens sobre a violência contra mulheres trouxe elementos que irão contribuir para o aprimoramento das estratégias da política pública de enfrentamento à violência em 2015. “A sociedade precisa superar as discriminações e propagar novos valores de igualdade, sem machismo, racismo e homofobia”, aponta.

A secretária destaca ainda que é fundamental que as empresas também assumam suas responsabilidades nessa frente. “O Ligue 180 recebe em média 22 mil ligações por dia de mulheres pedindo ajuda, e a cada 5 minutos uma mulher é agredida no Brasil. Ou seja, as empresas podem ter muitas mulheres que sofrem violência e muitos agressores nos seus quadros”, frisou, convidando outras companhias a seguir os passos do Instituto Avon, que é apoiador da [Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha](#) - uma cooperação entre Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Defensoria e empresas, que busca engajar esses atores na promoção dos direitos das mulheres a uma vida livre de violência.

***Confira alguns momentos do Fórum Fale sem Medo  
Violência contra a mulher: o jovem está ligado?***

---

## **Campanha 'Quem Ama Abraça: fazendo escola' será realizada nas escolas de São Paulo**

*(Compromisso e Atitude, 25/03/2014) Campanha 'Quem Ama Abraça' e unidade móvel do Programa 'Mulher, Viver sem violência' permitirão avançar na prevenção e no enfrentamento à violência doméstica na cidade*

O município de São Paulo aderiu nesta segunda-feira (24/03) a duas iniciativas que permitirão avançar na prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres. A prevenção virá com a Campanha 'Quem Ama Abraça', que com o lema 'fazendo escola' pretende conscientizar crianças e adolescentes das escolas municipais sobre o problema da violência doméstica.

**Acesse no site de origem:** [São Paulo recebe unidade móvel e adere à campanha de prevenção à violência contra as mulheres \(Compromisso e Atitude, 25/03/2014\)](#)